

Sustentabilidade fiscal e previdenciária



**Brasília/DF,
27 de maio de 2025**

A retomada da autonomia municipal: PEC 66/2023



A proposta da CNM

Nova
emenda
CNM

Ampliação da **Reforma da Previdência da** União para os Municípios

Nova
emenda
CNM

Parcelamento especial (até 300 meses) para as dívidas do RGPS e RPPS

Nova
emenda
CNM

Troca do indexador da dívida (IPCA no lugar da SELIC)

Novo modelo de **quitação de precatórios**

Criação do **Programa de Regularidade Previdenciária**

Desvinculação de receitas

Equiparação da Reforma da previdência da União para os Municípios

Nova
emenda
CNM

A **ampliação da reforma** gerará uma economia de R\$ 300 bi, reduzindo o déficit atuarial em 45%.

A proposta da CNM, que **editamos em nova emenda** é que a Reforma da Previdência da União **seja ampliada aos Municípios** (retirando os Estados)

Dos 2.109 Municípios com RPPS (38% dos Municípios do país), **1.957 possuem déficit atuarial**: o montante supera **R\$ 1,1 trilhão**

Somente **813 Municípios** fizeram alguma Reforma até aqui

Parcelamento previdenciário

RPPS

- ✓ Até 300 prestações mensais;
- ✓ Ato do MPS definirá os critérios de parcelamento;
- ✓ Necessária adesão ao Programa de Regularidade Previdenciária.

**1.381 Municípios
possuem dívida
nos RPPS:
R\$ 45 bi.**

**Economia com
parcelamento:
R\$ 7 bi/ano.**

RGPS

- ✓ Até 300 prestações mensais
- ✓ Parcelas equivalentes ao saldo da dívida fracionado em até 300 parcelas ou a 1% da média mensal da RCL
- ✓ Findo o prazo, eventual resíduo da dívida poderá ser quitado à vista ou parcelado em 60x

**4.317 Municípios
possuem dívidas
com o RGPS:
R\$ 160 bi.**

**Economia com
parcelamento:
R\$ 29 bi/ano.**

Parcelamento previdenciário na prática:

Exemplo

- ✓ Um Município possui R\$ 1,5 milhão em dívidas e está pagando R\$ 300 mil/mês no atual modelo de parcelamento (60 meses).
- ✓ Em 300 meses, esse mesmo ente pagaria R\$ 60 mil/mês.
- ✓ O Município economizará, ao final dos 60 meses, R\$ 1,2 milhão com o alongamento dos pagamentos.

○ **alongamento da dívida** permite **alívio financeiro de curto prazo**, mas o equacionamento da dívida depende da alteração no indexador

Alteração do índice de correção da dívida previdenciária (SELIC para IPCA)

Nova
emenda
CNM

Essa alteração
poderá gerar
uma economia
de até **R\$ 77
bilhões** aos
cofres municipais

Exemplo

- ✓ Um Município com dívida total de R\$ 5 milhões pagará R\$ 200 mil/mês ao aderir ao parcelamento.
- ✓ Com a correção da SELIC, essa dívida dobrará em 2036 (R\$ 10 milhões).
- ✓ Com a correção do IPCA, essa dívida alcançará R\$ 4,5 milhões no mesmo período.
- ✓ O Município economizará R\$ 5,7 milhões no período.

O que **garantirá a redução da dívida previdenciária** é a **alteração do seu indexador.**

Plano de Regularidade Previdenciária



Uma inovação da PEC 66/2023 é a **criação do programa de Regularidade Previdenciária**, o que permitirá **prazo para regularização do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)** pela via administrativa

Dos Municípios:

359 com CRP vencido **(17%)**

668 com CRP judicial **(32%)**

1.083 com CRP administrativo **(51%)**



Nova
emenda
CNM

Modelo de quitação de precatórios

- ✓ **1% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL for inferior a 10%
- ✓ **2% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 10% e 20%
- ✓ **3% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 20% e 30%
- ✓ **4% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 30% e 40%
- ✓ **5% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 40% e 50%

- ✓ **6% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 50% e 60%
- ✓ **7% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 60% e 70%
- ✓ **8% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 70% e 80%
- ✓ **9% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 80% e 90%
- ✓ **10% da RCL** se a razão de Precatórios/RCL estiver entre 80% e 90%

4.535 Municípios possuem R\$ 89 bilhões em precatórios:
Proposta da CNM gerará uma economia de R\$ 36 bilhões até 2029 (-37%)

Desvinculação de receitas

50% até o
final de 2025
30% de 2026 ao final de
2032

- ✓ Desvinculação, até o final de 2032, das receitas de impostos, contribuições, taxas e multas

Vedações:

Pagamento de pessoal (exceto
capitalização de previdência)

Dívidas (exceto precatórios)

- ✓ Desvinculação de órgão, fundo ou despesa, exceto previdenciária, das receitas da CFEM, incluindo saldos arrecadas até o final de 2032

A CNM estima que essa medida permitirá aos Municípios a **desvinculação de até R\$ 275 bilhões até 2032.**

Economia de recursos com a PEC 66/2023 pela proposta da CNM



Todos os pontos da PEC gerarão uma economia de, ao menos, **R\$ 750 bilhões**, podendo atingir valores próximos de R\$ 1 trilhão

Nova
emenda
CNM

Ampliação da reforma: **R\$ 302 bi.**

Novo parcelamento do RPPS: **R\$ 7 bi./ano**

Nova
emenda
CNM

Novo parcelamento do RGPS: **R\$ 29 bi./ano**

Redução do juros e multa RGPS: **R\$ 29 bi.**

Nova
emenda
CNM

IPCA como indexador da dívida: **R\$ 77 bi.**

Precatórios: **R\$ 36 bi.**

Desvinculação de receitas: **R\$ 275 bi.**

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM

www.CNM.org.br